

Gonçalo
M. Tavares

A grande viagem de Simão (2) – (e a vitória do Benfica)

Viagem de milhares de perigos, esta, a de Simão, nome da personagem central desta epopeia curta, personagem heróica que estava num ponto do mundo, parado, e de repente, aí está ele, Simão, a avançar a pequena velocidade – na marcação de uma grande penalidade num jogo de futebol. Duzentos centímetros de viagem, dirá o racionalista, habituado a transformar sensações em números, e que provavelmente também medirá a solidão pela distância – em metros – a que um homem está de outros seres vivos.

Mas não são dois metros de viagem. O que Simão, a personagem destes 200 centímetros de aventura, fez foi alterar a intensidade e o estilo do batimento de milhares de corações individuais.

Chamar golo a um golo é uma metáfora como qualquer outra. No entanto, em certos casos, talvez seja melhor o nome, mais ou menos lírico, de: alegria.

Depois o jogo continuou, aproximou-se do fim e quando uma história se aproxima do seu término, a intensidade aumenta; as articulações emocionais dos espectadores começaram a ranger.

Surgiram múltiplos comportamentos místicos, até em homens que habitualmente cospem para o chão e para o ar com igual indiferença.

Ninguém ensina a um homem o modo de ser feliz, cada um aprende por si, autodidacta das emoções privadas. Cada um era, assim, no final, feliz como sabia ser; uns de forma mais tosca, sem grandes atributos técnicos, outros com mais experiência e virtuosismo.

Homens letrados abraçavam iletrados e, vistos de perto ou de longe, uns e outros pareciam partilhar os mesmos conhecimentos sobre essa ciência estranha, e nada exacta, a que alguns chamam euforia.

Destaque

Dia de África, 30 anos depois

Edmundo Rocha e Vítor Ramalho | médico e deputado do Partido Socialista

Um angolano que vive em Lisboa e um português nascido em Angola conversaram uma hora e meia a convite de A CAPITAL. O pretexto é o Dia de África, que se comemora hoje, no ano em que se assinalam os 30 anos do reconhecimento das independências das ex-colónias portuguesas. Vítor Ramalho e Edmundo Rocha partilham a paixão por África e pela memória deixada pelos protagonistas da história que se conheceram na Casa dos Estudantes do Império, criada pelo regime de Salazar em Coimbra e Lisboa para «controlar os estudantes africanos». Por lá passaram Agostinho Neto, Joaquim Chissano, Amílcar Cabral, Mário de Andrade, Costa Andrade, Pepetela e tantos outros. Trinta anos depois, A CAPITAL reflecte sobre as relações entre Portugal e os PALOP ouvindo ainda o pintor moçambicano Malangatana, a representante do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) e o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, João Gomes Cravinho

«A integração política de africanos é difícil»

JOSÉ B. CARIA



ENTREVISTA DE MARIA JORGE COSTA

Vítor Ramalho (VR) – Quando vieste estudar Medicina em 1947 vieram outros que são hoje uma referência em África. Lembras-te deles?

Edmundo Rocha (ER) – Foi uma circunstância curiosa, porque encontraram-se aqui três ou quatro indivíduos que tiveram mais tarde uma dimensão histórica e imprimiram a tomada de consciência das gerações mais novas. Falo do Amílcar Cabral, que era estudante em Agronomia, do Mário de Andrade, estudante em Letras que tinha o seu quartel general numa pastelaria à frente da antiga Faculdade de Ciências, falo do Agostinho Neto, que co-

meçou em Coimbra e aí conheceu Lúcio Lara. Eu fiz os dois primeiros anos aqui em Lisboa mas por razões pessoais tive de ir para Coimbra onde os conheci na Casa dos Estudantes do Império.

A CAPITAL – Eram poucos e por isso conheciam-se bem uns aos outros.

ER – Exacto, porque em 1948/50 dominavam os estudantes de etnia branca que tinham facilidades económicas para vir estudar para Portugal. Os africanos em geral vinham, ou porque tinham pai branco ou porque tinham bolsas de estudo das missões protestantes e católicas. O Agostinho Neto e Mário de Andrade vieram nesse quadro.

VR – O Mário de Andrade foi o pri-

meiro líder do MPLA, o Amílcar Cabral foi o primeiro presidente do PAIGC, o Agostinho Neto foi o primeiro presidente da República de Angola. Nessa Casa dos Estudantes (criada em 1947 em Coimbra) e quando os ventos de descolonização se iniciam, nos anos cinquenta, há já um conjunto de estudantes que cria a revista Mensagem. Essa actividade cultural do Pepetela, Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Agostinho Neto tinha influência junto dos estudantes portugueses?

ER – Sim mas praticamente dez anos depois. Estiveram muito ligados ao MUD juvenil até ao aparecimento do primeiro embrião de organização, criada em Paris em Novembro

de 1957: Movimento Anti Colonialista, MAC. Estava o Mário de Andrade, o Viriato da Cruz. Decidiu-se que a sede do MAC seria em Lisboa porque era aqui que estavam os estudantes, os trabalhadores no clube Marítimo Africano. O MAC foi dirigida pelo Agostinho Neto, Lúcio Lara, Eduardo Santos (médico), Ivo Carneiro e por mim e foi a primeira organização especificamente africana. Naquela altura por razões diversas não havia número suficiente de pessoas para haver organizações nacionais mas o MAC teve o mérito de continuar a consciencialização dos jovens que iam chegando.

AC – Essa consciencialização leva à criação do MAC....

Dia de África, 30 anos depois

JOÃO BARATA

ER – O MAC tinha relações com Luanda, onde começavam a aparecer os primeiros núcleos de nacionalistas pela independência de Angola como o movimento de libertação de Angola que era mais marxista, e estava ligado também à Europa, a Paris onde estava o Mário de Andrade e o Marcelino dos Santos e o Aquino de Bragança. O MAC tinha influência na Casa dos Estudantes do Império onde se faziam as farras ao sábado à noite mas no terceiro andar fazia-se o trabalho político. Outra ligação importante era aos trabalhadores marítimos. Havia uma colónia de trabalhadores africanos – negros – que tinham cá as famílias e trabalhavam nos barcos e demandavam os portos do Brasil, Angola, Guiné, Cabo Verde e serviam de correio e contactos entre dirigentes do MAC. Tínhamos um boletim, *A Mensagem* onde escreveram pela primeira vez pessoas como o Pepetela (Angola), Craveirinha (Moçambique), etc.

AC – A Casa mantinha relações com as associações de estudantes portugueses?

ER – A partir de certa altura os dirigentes da Casa sentiram necessidade de manter relações com os estudantes portugueses, em Medicina, no Técnico, como o Bernardino Soares.

VR – Houve muita gente de Angola que veio para cá que depois entrou na luta da libertação dos povos colonizados e outros na luta do povo português. O Bernardino acabou membro do comité central do PCP e o irmão foi sempre um anti-colonialista angolano. Havia solidariedade entre os povos africanos e portugueses.

AC – Travavam combates comuns contra o regime fascista e a guerra colonial.

ER – Havia duas lutas, a anti-fascista e anti-colonialista. De facto os africanos foram-se organizando e concluindo que essa luta devia ser feita ao mesmo tempo que a luta anti-fascista.

VR – Há uma determinada altura em que cerca de 100 estudantes fogem de Portugal para França e seguem para os movimentos de libertação. Entre eles estavam o Pepetela, Joaquim Chissano, tu, Manuel Pinto da Costa (de S. Tomé). Como foi essa fuga?

ER – Em 1959 tínhamos criado um movimento de estudantes angolanos porque havia alguns, entre os quais Gentil Viana e Ivo Carreira, que defendiam tratamento específico para Angola. Esse movimento teve uma grande dimensão, estendeu-se ao Porto e a Coimbra, com o Daniel Chipenda, Manuel Araújo que sendo cabo verdiano sempre militou nas coisas angolanas.

VR – Como o Amílcar Cabral.

ER – Exacto, que foi um dos grandes impulsionadores do MPLA e isso é pouco conhecido. O MPLA foi lançado na primeira conferência pan-africana em Túnis a 25 de Janeiro de 1960 pelo Viriato da Cruz, Lúcio Lara, Hugo de Menezes (são tomense). Toda a gente sentiu a necessidade de se especificar no sentido das lutas. Foi assim que nasceu o PAIGC em Túnis, pelo Amílcar.



AC – Estava a falar do movimento dos estudantes angolanos.

ER – Eles saíram de Paris e instalaram-se em Conacri em princípios de sessenta onde formaram o primeiro embrião da direcção do MPLA. Eram poucos, com pessoas no Congo (Matias Miguéis) e fazem-nos o apelo para que as pessoas mais conscientes se lhes juntassem e saíssem de Portugal. Eu fui escolhido para ir para fora organizar a fuga juntamente com o Graça Tavares, dos trabalhadores marítimos. Saímos de Portugal legalmente e fomos para a Alemanha onde estavam alguns estudantes como o Luis de Almeida, actual embaixador em Rabat. Não havia dinheiro nem capacidade operacional e quem organizou foram os missionários protestantes da assembleia mundial de protestantes que tinha a sua sede em Genebra. Eles estavam muito ligados à África inglesa e portuguesa, conheciam muito bem o Agostinho Neto que tinha tido uma bolsa de estudo deles. Aliás, o pai do Agostinho Neto era pastor protestante. Em menos de 15 dias organizaram a fuga em que saíram estudantes de várias colónias.

VR – Joaquim Chissano foi nessa fuga.

ER – Saíram angolanos, cabo verdianos, são tomenses.

AC – Como foi a fuga?

ER – Houve episódios rocambolescos. Tudo foi organizado para saírem pela raia do Minho com os passadores clandestinos que faziam sair os portugueses para trabalhar em França e na Alemanha. Eles foram metidos em dois autocarros, atravessaram toda a Espanha e quando chegaram à fronteira espanhola com a francesa foram mandados parar. O primeiro autocarro passou com a conivência de um funcionário da alfândega espanhola. O segundo autocarro só apareceu horas depois e o tal fun-

cionário caiu doente e foi substituído e quem estava ao serviço achou muito curioso que todos os passageiros apresentavam títulos de viagem do Senegal. Entretanto a PIDE apercebeu-se da fuga e informou o MNE e Salazar, que entraram em contacto com Madrid. Entretanto no autocarro havia três elementos que só falavam americano, que se revelaram ser agentes da CIA. Estes três homens tentaram convencer as autoridades na fronteira mas não conseguiram nada e tiveram de ir a Madrid e foi a embaixada americana que resolveu o assunto.

VR – O grupo não era homogéneo, certo?

ER – Eram ligações anteriores. Em Paris foram acolhidos pela CIMAD, organização protestante vocacionada à protecção dos refugiados que vinham de Leste. O dirigente era o padre Paul Beaumont que veio a Lisboa e foi um dos coordenadores desta fuga. Em Paris houve uma fractura no seio dos estudantes por pressões de Jonas Savimbi, que foi a Paris conversar com os estudantes protestantes. Uma parte desses estudantes foi para a Suíça e para a luta e muito mais tarde para a Unita.

AC – É a primeira grande cisão?

ER – É. Muitos dos que foram apoiar o MPLA não tinham acabado o curso e o MPLA entendeu que deviam concluir as licenciaturas através de bolsas de estudo da União Soviética, da Alemanha de Leste. Foi nesse contexto que os que acabámos o curso fomos para o Congo como voluntários durante três anos (1961,62,63) a trabalhar. Em 1963 fomos expulsos do território do Congo pelo governo congolês.

VR – Este percurso da memória é interessante porque marca o futuro dos nossos povos. A colonização portuguesa é única dos países que colo-

nizavam África cuja luta é comum porque era a ditadura que imperava e isso aproximou muito os povos e até o povo português por contraditório que possa parecer. Mais tarde quando os movimentos se desenvolvem criaram uma organização que se chama Comité das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) e um dos lemas fundamentais era que a luta desenvolvida pelos povos colonizados era contra o regime português e não contra o povo português.

ER – De facto houve sempre uma preocupação e uma tendência unitária no seio destes diferentes africanos, guineenses, moçambicanos, cabo verdianos. Angolanos e são tomenses. O grupo inicial da Casa dos Estudantes do Império manteve sempre este sentido unitário na condução das lutas e fundamentado numa grande amizade e de relações muito fortes, pouco comuns.

AC – O regime criou a Casa dos Estudantes do Império para...

ER – Para controlar os estudantes africanos.

AC – Mas o feitiço virou-se contra o feitiço, de tal maneira que acabaram por fechar a Casa.

ER – Para além do aspecto unitário dos africanos há também uma preocupação constante com as organizações portuguesas da oposição, que militavam lá fora contra o regime fascista. Em Argel, por exemplo a Frente Popular de Libertação Nacional tinha relações muito profundas com todos os movimentos.

VR – É esta génese de relação entre os povos que, quando o mundo bipolar cai, eu que não acompanhei nada disto porque esta é a memória dos mais velhos – cheguei a Lisboa em 1965 – com um conjunto de amigos percebemos o sentido unitário dos povos e a saída possível para a

paz em Angola decidimos criar o primeiro Congresso dos Quadros Angolanos no exterior em 1990 que contou com representações ao mais alto nível da igreja e dos movimentos políticos que abriu caminho aos acordos de Bicesse, com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros português Durão Barroso. Como vê a memória do fundo não é apenas um acto de recordação, mas fez caminho para a libertação dos povos e solidariedade entre todos nós.

AC – Esse sentimento unitário não impediu os caminhos próprios de cada povo com caminhos muito diferentes.

ER – Com histórias e percursos totalmente diferentes como o caso do MPLA que teve sempre uma história extremamente complicada e dolorosa em conflito com outros movimentos que, aliás, não pertencem a este pano de fundo. Não beberam nas mesmas fontes, mesmo ideologicamente são totalmente afastados, se é que tiveram algum dia alguma ideologia. Cada um destes movimentos tem depois as suas influências mas conservando sempre esta ideia da organização unitária e coordenação dos corpos, não só políticos como militares. Lembro-me que o MPLA tinha excesso de médicos, enviou um médico, Manuel Bual, para trabalhar com o PAIGC que não tinha médicos. A CONCP, que Vítor Ramalho cita, é o centro nevrálgico desta coordenação da luta anti colonial.

AC – Acha que esse sentimento unitário, de que falam, passou para as gerações seguintes?

ER – Isso é complicado porque cada um destes povos teve a sua evolução própria. Encontro hoje um organismo unitário que pretende reproduzir o espírito do Comité, que é a CPLP. Só que esta estrutura, quanto a mim carece desse fundamento porque é uma organização de regimes, de governos

Dia de África, 30 anos depois

e não uma organização de povos. Essa é que é a diferença.

VR – O Edmundo colocou o dedo na ferida: é fundamental avançar para uma organização de povos.

ER – Enquanto a CPLP for uma organização de regimes não é possível avançar.

VR – A própria sigla da CPLP espelha essa noção porque se chama Comunidade dos Povos e Países. Simplesmente a focagem dos povos, a solidariedade, a relação histórica do mundo da nossa fala comum não está a ser aprofundado.

AC – O que estão a dizer é que a CPLP não ouve os povos.

ER – Os povos têm muito pouca voz nesses países.

AC – A 25 de Maio de 1963 foi criada a Organização da Unidade Africana (OUA).

ER – Uma das ambições da OUA era a de apoiar os movimentos de libertação não só nos aspectos políticos mas também militares no sentido da conquista das independências e durante um certo tempo eles apoiaram com dinheiro, em certos países permitia a formação militar e dava apoios no seio da ONU. Teve um papel muito importante, só que em Angola uma crise grave no seio do MPLA entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz, em 1963 fez perder apoios para o MPLA. Havia o conflito entre o MPLA e a FNLA e a OUA acabou por apoiar a FNLA.

VR – A FNLA criou o «Governo revolucionário de Angola no exílio» apoiado pela OUA onde Savimbi foi ministro dos Negócios Estrangeiros. Nessa altura Mobutu correu com o MPLA do ex-Zaire.

AC – O Dr. Edmundo Rocha participou na luta?

ER – Não na guerrilha. Estive quatro anos numa organização do MPLA, com vários médicos e enfermeiros no Congo. Criámos vários postos junto da fronteira de Angola para apoiar os refugiados e os nossos militares. Por ali passaram muitas armas. Havia 200 mil refugiados da guerra colonial. O MPLA ainda não tinha presença no interior. As tropas do FNLA impediam e matavam os guerrilheiros que entrassem nos seus territórios.

AC – Foi violento?

ER – Muito complicado.

VR – Mas agora está-se numa fase de reconciliação de Angola e é isso que importa.

AC – Estamos a falar de cinco países com caminhos diferentes. No caso de Angola habituámo-nos a ouvir, até há algum tempo, que era um dos países onde a guerra parecia nunca acabar com interesses estrangeiros que fomentavam essa mesma guerra.

ER – O percurso de Angola é marcado pelas suas riquezas? – África do sul, Estados Unidos da América, França...

AC – O percurso de Angola é marcado pelas suas riquezas?

ER – Em grande parte sim. Nos anos sessenta havia um conflito político por parte das duas potências – EUA e União Soviética – de controlo da África austral. Os apoios da União Soviética não se passavam só com o MPLA e a Frelimo mas com todos os



JOÃO BARATA

movimentos de libertação do ANC (África do Sul), da Suapo, e Zanu. A URSS tentava apoiar os seus peões em cada uma destas colónias no sentido de mais tarde recolher os lucros. Os regimes não teriam vingado sem o apoio eficaz da União Soviética e todo o bloco de Leste. Mas foram essenciais também para a conquista das independências.

AC – Trinta anos depois a comunidade internacional tem a mesma atenção pelos países da África Austral?

ER – O mundo mudou muito e os próprios regimes evoluíram. Houve uma reconversão extraordinária dos regimes não só em Moçambique e Angola e até Guiné no sentido de se adaptarem aos ventos da globalização depois da queda do muro de Berlim, em 1989. O regime angolano mudou totalmente, deu uma cambalhota extraordinária e hoje em dia está aberto aos negócios internacionais, ao FMI a todas as organizações internacionais e faz negócios com to-

dos os países capitalistas sem restrição nenhuma. É a única maneira de fazer evoluir o país.

AC – Portugal tem uma participação activa com os PALOP?

ER – Penso que os outros países chegaram lá com muito mais força. Lembre-se que o principal parceiro comercial são os Estados Unidos da América, seguidos pela China. Portugal virá em terceiro ou quarto lugar.

AC – Dr. Vítor Ramalho, porque acha que isto acontece?

VR – É necessário termos a percepção descomplexada da nossa história e dos nossos povos e fazer em função dela uma estratégia clara e de futuro que passe sobretudo pelas potencialidades do ponto de vista cultural, científico do que Portugal pode dar e receber. Na minha perspectiva apesar dos esforços que têm sido desenvolvidos por um país de poucos recursos como é Portugal, a estratégia não existe. Não é claro que esteja para

além da transitoriedade dos poderes e isso é absolutamente decisivo. A nossa mais-valia no mundo só tem a ver com este contributo que Portugal e os outros povos possam dar em conjunto à própria União Europeia e a partir daí aprofundar as relações do eixo euro atlântico. Verifico que sempre que há debates, campanhas eleitorais legislativas esta questão está arredada. Portugal pode dar o que eu chamo o cimento que se coloca sobre os tijolos. O nosso papel deve ser motor da sensibilização mundial deste fenómeno único que é a o mundo da fala comum. Por outro lado, o incentivo de parcerias triangulares e finalmente na consolidação da presença de pessoas no domínio da educação e da saúde e do pequeno comércio porque tudo o resto se arrasta e é essa estratégia que não existe.

AC – Concretize.

VR – Vou-lhe dar um exemplo: em Portugal temos actualmente cerca de

seis mil docentes do ensino secundário sem darem aulas e recebem ordenado. Angola e outros países, têm carência de docentes. Se houvesse a preocupação de em termos de voluntariado essas pessoas, que recebem cá o seu dinheiro poderem ir um período para África o efeito multiplicador seria brutal. Um pouco como o que foi feito em Timor mas de forma conjuntural. Este exemplo pode ser alargado para as pescas ou à agricultura. Isso envolve uma estratégia e o que eu sinto é que a nova geração que está no poder, seja ela do PS ou do PSD não tem esta memória histórica que estamos a ouvir aqui e muitas vezes comporta-se de forma complexada quando não temos de ter nenhum complexo. Esta visão apoiada na nossa história e conexas com os outros povos numa estratégia completamente clara é tão necessária como o pão é para a boca.

AC – Qualquer político de qualquer partido concorda com o que disse mas nunca se fez.

VR – O momento é agora porque à excepção da Guiné, que atravessa um período difícil, vivem em estabilidade que, a meu ver, vai ser duradoura. Se é verdade que no passado mais recente havia situações complicadas de guerra impeditivas do investimento, em Angola a partir de 4 de Abril de 2002 a preocupação é de reconciliação. Sob a embalagem anterior da instabilidade ainda não se viu que Portugal tem de articular uma política consequente. Como é que isso se faz? Compreendendo por um lado a importância do assunto e conjugar esforços públicos com privados em parcerias que podem envolver todos os nossos países: o Brasil, União Europeia porque isso é desejado pelos africanos que têm a necessidade imperiosa que Portugal dê um contributo, que está a tardar.

AC – Disse que a instabilidade impedia uma estratégia de investimento mas nessa instabilidade outros países entraram em força.

ER – Por exemplo, há uma coisa espectacular: a China tomou a si a reabilitação das vias ferroviárias e rodoviárias. Só para isso deram dois mil milhões de dólares e isso é uma lança profundamente ancorada porque vai colocar esse país numa situação ímpar. Como dizia o Vítor Ramalho há conjunturas em que os países têm de aproveitar e posicionar-se. Uma delas é esta. Não há dúvida que a morte de Jonas Savimbi, que provocou tantos danos a Angola, conseguiu conduzir a uma estabilidade política e o partido no poder teve gestos de reconciliação muito grandes: veja-se a entrada de elementos da Unita como ministros, deputados, embaixadores. Dentro de um ano vai haver eleições mas não há dúvida que o único partido que vai conseguir manter a estabilidade é o MPLA, com todas as suas idiosincrasias. Agora, não há dúvida que Portugal tem de avançar, até porque os angolanos são os mais portugueses dos africanos. O português é uma língua de coesão em Angola, é língua oficial, isto é um trunfo espectacular. Ora, de facto, a

Dia de África, 30 anos depois

política de cooperação portuguesa tem sido débil. Portugal tem em Angola empresas há muitos anos.

VR – Eu que sou do Partido Socialista digo que Portugal tem de acarinhar as empresas e os grupos empresariais portugueses que há longos anos estão em África e têm um papel fundamental a desempenhar na construção civil, nos transportes aéreos, no sistema rodoviário e a possibilidade de fazer parcerias, nomeadamente com os chineses. É uma realidade que não pode ser descurada porque isso é necessário sobretudo para os africanos como disse o Edmundo, e é absolutamente decisivo para Portugal.

AC – Durão Barroso foi quem conseguiu os acordos de paz em Angola....

VR – Quem conseguiu trazer os acordos de paz para Portugal foi o 1.º Congresso dos quadros angolanos no exterior. O dr. Durão Barroso teve o mérito de perceber quando isto estava em marcha, a grandeza que aquele congresso ia ter e aproveitou – bem – para trazer a paz para Por-

tugal. A partir do momento em que isto se confina às relações institucionais, a grandeza da importância do Congresso perdeu-se. Se o não tivesse sido feito cá o congresso, não tenha dúvida que não teria havido acordos de Bicesse. Os governos têm de ter a noção que têm de contar com pessoas que conhecem esta realidade, não só com o Vítor Ramalho ou com o Edmundo Rocha. Não pedimos nada! O meu desejo é ser deputado e continuar a ser mas as pessoas que privaram com Gentil Viana, com Lopo do Nascimento, com Joaquim Chissano e conhecem a história não são ouvidas? Nos outros países são.

ER – Pego nessas palavras para dizer uma coisa. Nós (africanos) achamos muito curioso como noutros países as comunidades de língua francesa ou inglesa são integradas no processo político e como é tão difícil fazer eleger um deputado aqui. Há muitos africanos que vivem em Portugal há vinte ou trinta anos e é tão difícil integrar nas listas dos partidos à As-

sembleia da República. Estamos a falar de pessoas que já são portuguesas. Eu fui presidente da Casa de Angola durante três anos e tivemos sempre extrema dificuldade em obter apoio das autoridades portuguesas. Sentimos que há uma grande dificuldade na aceitação política destes imigrantes. Quando se fala de cooperação falamos de criar pontes mas estas têm de ser feitas aqui com as comunidades portuguesa e africana. Os africanos têm grande dificuldade em fazer valer os seus pontos de vista e interesses quando não estão sequer numa junta de freguesia.

AC – Isso explica o alheamento dos políticos com as questões africanas?

ER – É verdade. Veja o exemplo da América ultra direita que tem a dimensão suficiente para receber dois ministros dos negócios estrangeiros da comunidade negra, tem ministros da comunidade hispânica (do comércio), um elemento da comunidade asiática. No governo do Sr. Bush! O que mostra que um país que é profundamente racista tem a coragem

política para se abrir às outras comunidades. Porque só assim se resolvem os problemas das comunidades. É muito diferente ter deputados brancos ou um preto! Até Salazar teve deputados pretos!

AC – A questão da cor é determinante?

ER – Não há dúvida nenhuma. Há um discurso que fica só nas palavras, está nos decretos mas é pouco aceite na prática. Acha que é normal trinta anos depois a existência destes bairros como a Cova da Moura? É normal que num país europeu no século XXI as crianças brinquem nos esgotos? Não é normal! Quando se tem vontade política muda-se, basta ver o que fez João Soares em muitos bairros de Lisboa e só se preocupam quando há problemas. Isto é que é preciso dizer ao povo português.

AC – Como deputado e ex-governante concorda com esta crítica?

VR – Acho que o país tem de ser mais audaz. Do ponto de vista da alma dos nossos povos isto é um arco íris e a influência da africanidade neste país é enormíssima. No concreto eu luto

por uma sociedade anti rracista. Quando há uma grande crise económica em que os mais afectados são os de mais fracos recursos e têm uma cor diferente da cor dos portugueses porque vivem em guetos. Naturalmente essa gente é objecto de mais atenção persecutória. É por isso que o Edmundo Rocha tem razão, temos de acabar com esses guetos, integrar as pessoas porque se eles persistem na sociedade hoje são pretos, amanhã são ucranianos e as pessoas perseguem-nos à mesma.

ER – Seria normal que tendo uma fracção da comunidade portuguesa de origem africana houvesse uma participação a todos os níveis políticos porque é um meio de integração. Esses elementos estariam muito mais sensibilizados para resolver os problemas das suas comunidades. Limite-me a descrever a realidade em que há uma discriminação que começa por ser económica depois é cultural e as pessoas vão ficando nesse estatuto anos e anos não sendo integrados em parte nenhuma.

FACTOS SÃO FACTOS

Nº 1 do * Ranking Mundial

* Site independente do Ranking Mundial do sector:
www.ranking-top.info



Agradecemos a **todos os clientes em Portugal**, por terem também contribuído entre **vários milhões de todo o Mundo**, para que **A BELTRÓNICA** se tenha tornado **Nº 1 no Ranking Mundial** no sector, bem como recomendada com a **classificação máxima de 5 estrelas**, pelos críticos e utilizadores.

Informe-se **como é fácil** ter na sua empresa, o sistema telefónico mais avançado da actualidade.

Ter o **melhor** é uma questão de **confiança**.

Nunca nenhuma empresa a operar em Portugal teve no seu sector, este destaque e reconhecimento a nível mundial.

www.abeltronica.com

LIGUE JÁ:

A BELTRÓNICA
Serviço Nacional de Apoio a Clientes
808 20.61.61
Chamada Local

MEMÓRIA :: FOI CRIADO DE BEBÉS, EMPREGADO DE BAR, RESISTENTE E MILITANTE DA FRELIMO. É MOÇAMBICANO. PORTUGAL É UM DESTINO FREQUENTE

«Os afectos não se perdem nem se esquecem»

Confessa que confundiu o regime colonial com os brancos, mas garante que isso não prejudicou os seus afectos e que a tolerância fez parte do seu processo de aprendizagem. Malangatana, pintor moçambicano de renome internacional, recorda o colonialismo português e a resistência dos colonizados, sem mágoas, e destacando das memórias da vida os laços «de ternura» que perduram

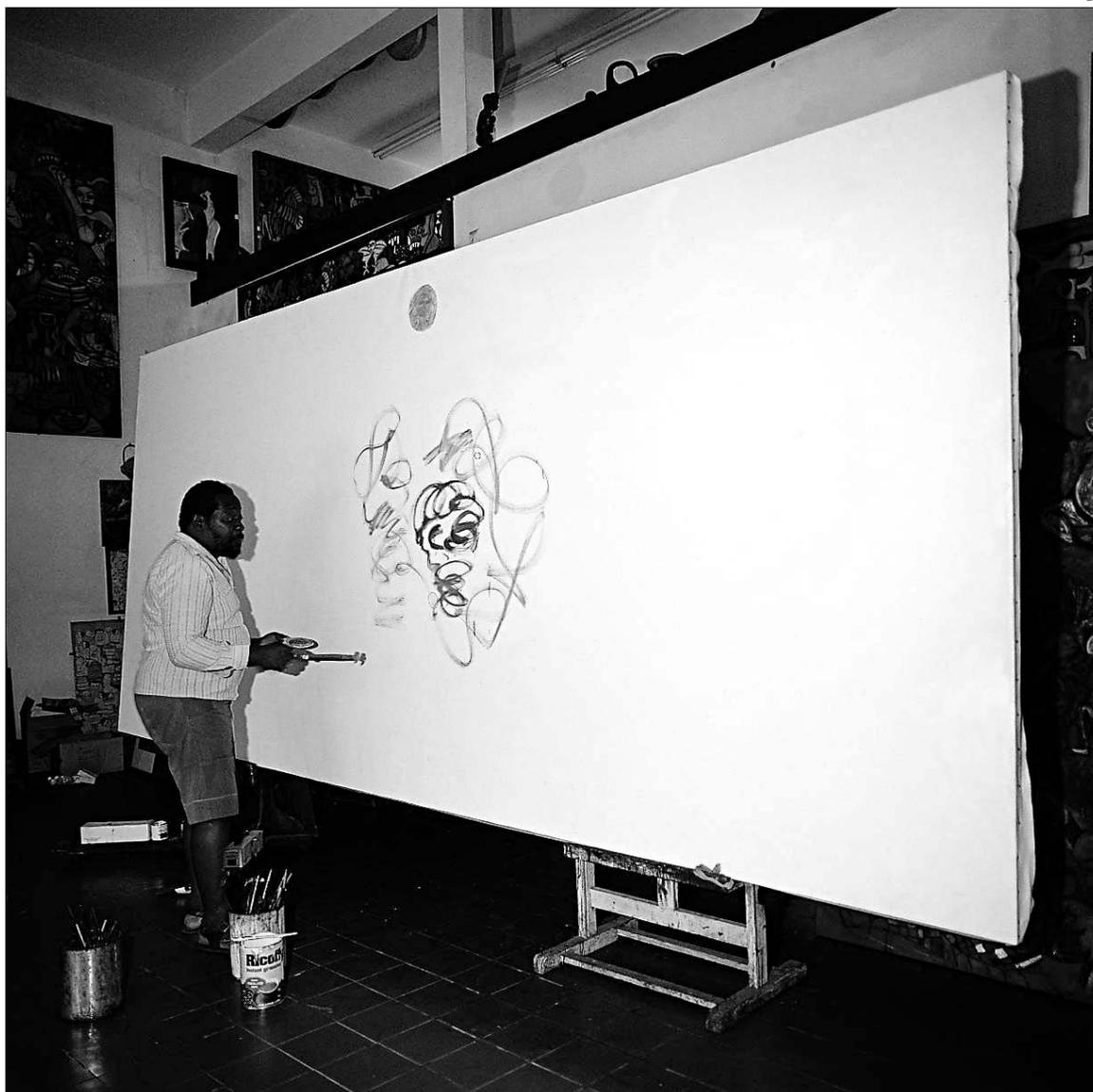
ANA GOULART

«Felizmente o colonialismo português teve muita ingenuidade e ignorância.» A constatação do pintor Malangatana corresponde à sua visão de moçambicano, «criado de bebés», empregado num clube de «ostentação colonial», resistente, militante da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), preso político e, hoje, «ligado por afectos e recordações» a Portugal.

Malangatana Valente Ngwenya não teve oportunidade de ser menino. «Não frequentei a escola primária normal, nem a escola secundária. Não tive oportunidade de ser criança, tive de começar a trabalhar muito cedo» conta a A CAPITAL o pintor moçambicano, recordando os tempos em que trabalhava como «criado de bebés», em «bairros menos bonitos, em casa de cidadãos pretos, mulatos, chineses, indianos», depois «em bairros bonitos, em casa de gente rica, com muita opulência».

«A colonização portuguesa, como muitas outras colonizações, teve muita ingenuidade e ignorância. O colonizador vivia num estado de euforia, o que cria uma penumbra de ignorância. Via-se a brindar com champanhe porque o algodão estava a dar ou porque podia mandar pessoas para São Tomé ou para as minas da África do Sul e sujeitar homens a trabalhos forçados para lhe fazer as estradas e os caminhos-de-ferro. Mas esquecia-se por completo que isso estava a ajudar o colonizado a formar uma consciência de revolta, a perceber e combater as injustiças.»

A revolução de 25 de Abril de 1974 serve para o artista plástico ilustrar



«Mesmo tendo apanhado vergastadas, nunca deixei que o ódio toldasse a minha atitude», assegura o pintor Malangatana

a ignorância que impediu muitos de perceberem o que se estava a passar. «Lembro-me que, quando se deu o 25 de Abril, os colonos que tudo tinham, nomeadamente os grandes latifundiários, que eram ricos, que já nem se lembravam da existência da mãe-pátria, nem mesmo sabiam os nomes dos primos e outros familiares que viviam em Portugal, foram os que mais problemas criaram» e, naturalmente, «mais provocaram os moçambicanos».

«Felizmente, havia muitos outros, democratas, como os advogados que defendiam os presos políticos, como foi o meu caso, que compreendiam o que se passava. Afinal, um dos objectivos da Revolução também era a descolonização», diz Malangatana.

COMPREENSÃO. Mesmo a guerra colonial não impediu que «em Moçambique existisse um clima de ternura, de compreensão e houvesse tolerância».

Filho de um mineiro «que viveu

muitos anos na África do Sul, onde trabalhava», conseguiu concluir a terceira classe e ainda menino deixou a sua terra, Matalana, e mudou-se para a capital de Moçambique, ao tempo Lourenço Marques, agora Maputo. Foi «criado de bebés». «Dava-lhes banho, mudava-lhes as fraldas, tratava deles. Por vezes, os patrões batiam-me, mas como poderia olhar com ódio para os meus meninos de colo ou para os seus pais?»

Os mesmos afectos desenvolveu quando jovem foi trabalhar como criado no Clube de Lourenço Marques. «Aí conheci dois homens grandes, o Augusto Cabral e o João Aires, que me levaram para o Núcleo de Arte», recorda Malangatana Valente, para quem a pintura há muito se tinha tornado na sua forma de questionar e registar o mundo e a vida.

«No Núcleo tive a oportunidade de encontrar muita gente e pintar ao lado do meu amigo Zé Júlio que

quando entrava comigo deixava-me subir no elevador das pessoas e não no da carga, que era o que os pretos podiam usar».

O amigo Zé Júlio apresentou-o a intelectuais, que viriam igualmente a tornar-se amigos, como Rui Nogar, José Craveirinha, Daniel Tomé Magaia e, «mais tarde, Luís Bernardo Honwana». «Começaram a convidar-me para participar em encontros e, hoje pergunto-me como é que eu, que mal sabia falar português, dava opiniões e era escutado», recorda risonho o moçambicano que por influência «destes grandes amigos» aderiu à resistência e se tornou membro da Frelimo.

«É importante dizer que a tolerância também faz parte de um processo de aprendizagem. Quando comecei a participar na Frelimo ouvia dizer que não estávamos a combater o homem branco mas o sistema. Que não estávamos a combater o português, mas o regime colonialista e o sistema político-administrativo.

Confesso que não percebia muito bem a diferença e pensava: o sistema? Mas o sistema é feito pelo homem, e o homem do sistema é branco! Quem estava na administração eram os brancos e tornava-se muito difícil fazer a distinção entre o sistema colonial e os brancos, os portugueses».

AFECTOS. No ano de 1971, Malangatana Ngwenya Valente, então com 35 anos de idade chegou a Portugal para, como bolsheiro da Fundação Calouste Gulbenkian, frequentar a Escola Superior de Belas-Artes. «Não senti qualquer tipo de racismo, embora na altura não houvesse muitos pretos em Lisboa. A única coisa negativa que recordo foi a vigilância da PIDE, o que, no entanto, não impediu que os meus amigos me levassem a locais que sabiam ser perigoso levar-me, como quando fiz questão de visitar a campa da Catarina Eufémia».

Do tempo passado na «metrópole» – «como na altura se chamava a Portugal» – guardou «muito boas» recordações e «muitos e muitos amigos». Em Lisboa, mantém o seu atelier de Telheiras, «onde se for preciso» passa um ou dois meses, mas garante que, antes como agora, foi sempre «um moçambicano, em Portugal», o que não quer dizer «que ame mais ou menos o país» a que volta quando pode, sem que o considere a sua segunda pátria. «A minha única pátria é Moçambique!»

«Não fui o único que confundi o regime colonial com o branco ou com os portugueses. Muitos daqueles que vieram a ser grandes dirigentes políticos e mesmo com responsabilidades governativas cometeram o mesmo erro. Mas, como disse, cresci de forma mesclada e mesmo tendo apanhado vergastadas nunca deixei que o ódio toldasse a minha atitude. Mesmo no dia em que na polícia me deram 54 vergastadas por ter ido a uma missa pela Páscoa quando faltavam cinco minutos para a hora de proibição do indígena andar na rua, não confundi as coisas e, no dia seguinte, peguei na minha bandeja de empregado do Clube de Lourenço Marques e servi como sempre tinha feito».

O dia da independência de Moçambique foi o «mais feliz» da vida do pintor. Hoje, 30 anos passados, Malangatana continua, como sempre, a depositar «muita esperança» no futuro do seu país. Quanto a Portugal e aos portugueses, «é o afecto de sempre» porque este «não se esquece, nem se perde».



JOSÉ B. CARIA

Desde os anos 80 do século passado que as teses de cooperação internacional se centram no combate à pobreza

COOPERAÇÃO :: «INICIATIVAS AVULSAS, PONTUAIS E QUE MUDAM CONSTANTEMENTE»

Debilidade marca relações

Portugal não é o único culpado pela ausência de uma cooperação efectiva. Mas tem responsabilidades, desconhece a realidade e continua paternalista

ANA GOULART

Lúisa Teotónio Pereira, presidente do Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC) diz ter dificuldade em classificar a cooperação entre Portugal e os cinco países africanos, antigas colónias portuguesas, pelo simples facto de que «não existem políticas de cooperação».

Criado em Maio de 1974 com o objectivo de divulgar a realidade colonial portuguesa o CIDAC voltou as suas atenções para a cooperação e desenvolvimento nos países lusófonos que até ao terceiro quartel do século XX constituíram o universo colonial de Portugal – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

«Não se pode olhar para os países africanos de língua portuguesa como um todo. São cinco realidades diferentes e cada vez mais isso se nota. Cada um vai fazendo o seu próprio caminho» constata Lúisa Teotónio, acrescentando que «a matriz comum não deixa de existir, mas torna-se menos importante em relação ao percurso de cada país».

Daí que a presidente do CIDAC aceite como «natural» a integração de Moçambique na anglófona da Commonwealth e da Guiné-Bissau na comunidade francófona que usa como moeda comum o franco CFA. «Certos sectores, em Portugal, insistem em olhar para África de uma forma minimalista e enviesada. África é muito mais que os cinco países de língua portuguesa e é natural estas países tendam a integrar-se na região em que se situam. As reacções negativas que se manifestaram em Portugal aquando da adesão de Moçambique à Commonwealth são reveladoras de um sentimento de certa posse em relação a estes países».

Lúisa Teotónio Pereira tem dificuldade em classificar a cooperação portuguesa ao longo dos últimos 30 anos. «Aquilo a que assistimos são formas avulsas de cooperação. São medidas pontuais que mudam constantemente e estão muito marcadas por quem passa pelo Governo e por cada ministério. Em três décadas a excepção apenas se verificou quando doutor Luís Amado tutelou a Cooperação».

Desde os anos 80 do século passado que as teses da cooperação internacional se voltam para o combate à pobreza. Também aqui, segundo o CIDAC, Portugal perde oportunidades. «Ao nível da saúde grande parte dos recursos são gastos na evacuação de pessoas para cá. Isso é importante, mas mais im-

portante seria investir num sistema local de saúde». O mesmo se verifica na área da educação «onde há imensas bolsas para os estudantes dos PALOP que ingressam no ensino superior, mas não se investe num sistema de ensino a começar no pré-primário».

«A política de cooperação [ou falta dela] espelha a debilidade profunda das relações» com os países africanos que segundo Lúisa Teotónio são atingidas por dois problemas: «a atitude bastante paternalista herdada do colonialismo, quer dos indivíduos quer do próprio Estado e o mito português de que se conhece muito bem esses países, quando se calhar nunca se conheceu».

Portugal não é o único culpado pela forma como a cooperação se estabelece. «Cooperar com estes países não é fácil. Faltam quadros, há gente oportunista, instabilidade institucional, debilidades económicas, falta mesmo organização ao próprio aparelho de Estado», porém, a presidente do CIDAC considera que Portugal tem responsabilidades, «até porque não tem as mesmas debilidades e fragilidades».

«Portugal tem de deixar de ser o parceiro a quem tudo se pode pedir para se transformar no parceiro capaz de apoiar o desenvolvimento. Isso obriga a fazer escolhas que nem sempre são fáceis», bem como a um «relacionamento mais maduro» que, ao fim de 30 anos, se impõe.

O OBJECTIVO É CRIAR, ATÉ 2014, UM ESPAÇO DE ENSINO SUPERIOR PARTILHADO POR TODOS OS PAÍSES DA CPLP

Reitores lusófonos exigem mobilidade

Responsáveis pelas universidades querem que os respectivos governos aprove legislação que estimule os alunos a estudar nos oito países da CPLP

CATARINA FIGUEIRA

A Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) vai pressionar os respectivos Governos no sentido de estes aprovarem legislação que concretize um espaço lusófono de ensino superior. O objectivo foi reafirmado no XV Encontro da AULP, que decorre até hoje no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e no qual estarão presentes responsáveis de 50 universidades e politécnicos dos oito países lusófonos.

O grande objectivo da AULP é deitar por terra as barreiras entre as instituições de ensino superior da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), tornando a mobilidade dos estudantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste numa realidade.

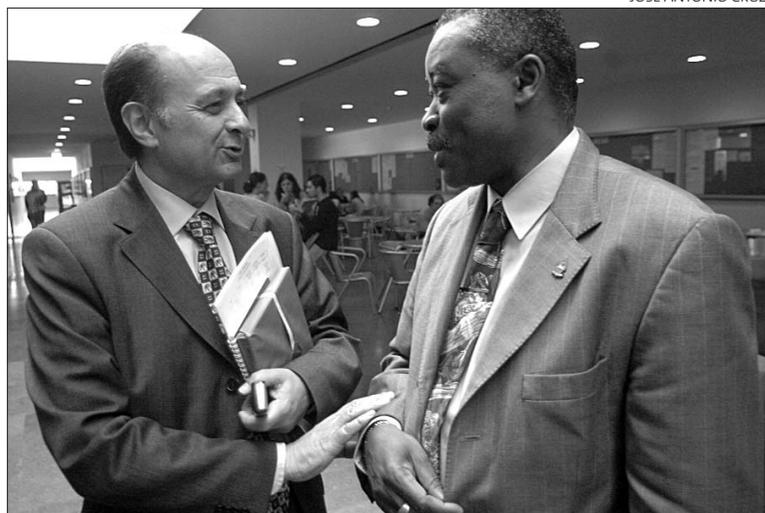
Na prática, isso significaria que um estudante português pudesse completar a sua licenciatura passando por escolas de Timor, Luanda ou Minas Gerais. A Declaração de Fortaleza – assinada no ano passado pelos ministros responsáveis pelo Ensino Superior dos países que integram a CPLP – prevê que esse espaço de ensino superior lusófono seja concretizado até 2014.

A ideia é criar um bloco de influência lusófono que possa competir de igual para igual com outras comunidades ligadas pela língua, como é o caso da Commonwealth britânica. Mas há mais: está também prevista a criação de uma universidade virtual de Língua Portuguesa, que reúna as instituições dos vários países lusófonos e onde estas possam trocar informações e experiências.

Actualmente frequentam o ensino superior nos oito países lusófonos cerca de cinco milhões de estudantes. «A mobilidade é uma necessidade global e um instrumento que enriquece o horizonte cultural e intelectual do aluno, para além do aprofundamento do conhecimento científico. É natural que os alunos dos países menos desenvolvidos sintam necessidade de ir estudar para países mais avançados. Gostaríamos que o inverso também acontecesse, porque existem áreas em que porventura somos melhores. Um estudante de Medicina português que tenha a oportunidade de ir estudar para África terá uma base de formação completamente diferente», explicou a A CAPITAL João Sebastião Teta.

Segundo o reitor da Universidade Agostinho Neto, de Angola, a questão financeira é algo que não deve comprometer a mobilidade no espaço lusófono. «A existência de um espaço comum de ensino e investigação científica na CPLP foi consagrado pelos respectivos ministros que tutelam o Ensino Superior, o que implica que os Governos que integram tenham de assumir, como têm feito, o ónus financeiro dessa mobilidade».

JOSÉ ANTÓNIO CRUZ



João Sebastião Teta foi recebido em Lisboa pelo reitor da Técnica, Lopes da Silva

Entrevista do dia

João Gomes Cravinho | *Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação*

Os governos de Durão Barroso e Santana Lopes descuraram os instrumentos de cooperação criados pelos governos socialistas. O novo secretário de Estado da cooperação garante que vai recuperar o tempo perdido e anuncia alterações no sistema de selecção de diplomatas para os diversos postos no mundo

«Portugal passou a adolescência no relacionamento com os PALOP»



ENTREVISTA DE MARIA JORGE COSTA
FOTOS DE PEDRO LOPES

– **Trinta anos depois do reconhecimento das independências, como classifica o relacionamento de Portugal com as ex-colónias?**

– Estamos a falar de cinco países e a relação com cada um é única. Passados trinta anos diria que passámos a adolescência, já estamos numa altura em que do lado português e do lado dos diversos países africanos de expressão portuguesa já não olhamos para 1975. Temos outros pontos de referência. Estamos numa fase das pós independências com parâmetros de um outro relacionamento. São trinta anos de países soberanos com uma relação adulta.

– **Portugal deixou de ser paternalista no relacionamento com esses Estados?**

– Acho que temos a obrigação de deixar isso para trás. No relacionamento institucional não há dúvida que não há paternalismo.

– **Afirmou que Portugal nunca teve política de cooperação. O que é uma política de cooperação?**

– Deixe-me fazer uma correcção. Houve um período em que houve uma política de cooperação: no final dos anos noventa. Durante uns três anos em que era secretário de Estado o Dr. Luis Amado houve uma efectiva política de cooperação. Do lado português ao longo de trinta anos há uma densa rede de actividade de cooperação que só naquele período começou a ganhar a forma de uma política de cooperação. Infelizmente, depois disso os governos Durão Barroso/Santana Lopes não valorizaram e boa parte do que se fez acabou por sofrer retrocessos. A minha missão agora é pegar no trabalho interrompido e dar seguimento. Que é que entendo por política de cooperação? É orientar todas estas actividades para a cooperação numa lógica integrada. Porque há projectos e projectinhos e se calhar muitos deles deixar-se-ão cair por não fazerem sentido. Em contrapartida desenvolveremos um trabalho integrado que será diferente de país para país. Não faz sentido trabalharmos em todos os países de expressão portuguesa em todas as áreas. A cooperação portuguesa foi sempre *sui generis* porque se baseava sobretudo no relacionamento pessoal entre pessoas na administração pública portuguesa e as suas contrapartes nesses países.

– **Isso é mau?**

– Há aí uma enorme riqueza humana e há uma enorme pobreza em termos de políticas e consequências. Se viajar por esses países e perguntar o que Portugal conseguiu mudar este tempo todo para melhorar a qualidade de vida das pessoas não vai conseguir encontrar nenhuma resposta clara. Talvez encontre exemplos de um projecto aqui e outro ali, nem todos os projectos do passado são maus mas os que foram bons foram por acaso. Não havia nenhuma lógica intrínseca que levasse a que fossem criados.

– **Que prioridades devem ser assumidas por Portugal? Porque olhamos para os Estados Unidos da América, para a França ou para a China e percebe-se as áreas em que pretendem apostar. Em**

Portugal não se percebe.

– Não. Vivemos num contexto de densa colaboração internacional o que significa que nós temos de identificar as nossas mais valias e trabalhar de acordo com elas.

– **Quais são?**

– A língua, obviamente, e consequências da história. A língua significa uma aptidão especial em trabalhar em tudo o que tenha a ver com educação e formação de forma mais ampla do que o sistema escolar. Quando falo de consequências da história estou a pensar na administração pública, nos sistemas jurídicos de matriz portuguesa. São essas as áreas da nossa mais valia. Saber trabalhar no contexto internacional significa trabalhar com outros doadores institucionais como o Banco Mundial ou a Comissão Europeia e em relações bilaterais de outros países. Saber dizer que temos capacidades especiais para trabalhar. Há outras áreas em que não temos nenhuma mais valia especial e porque não ser a Suécia ou Estados Unidos a ocupar esses sectores? Isso é obviamente eficiente mas não se consegue fazer se a cooperação portuguesa continua a ser resultado de centenas de iniciativas, cada uma das quais com a sua própria lógica e razão de ser.

– **O interlocutor comum vai passar a ser o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)?**

– Temos de distinguir entre duas coisas, uma que é a política de cooperação e o raciocínio de fundo que está presente nas escolhas porque infelizmente é preciso fazer escolhas. É preciso dizer que vamos trabalhar aqui e não ali e isso obviamente só pode estar no MNE ou no local. Questão distinta é a capacidade técnica para a execução de projectos que está noutros Ministérios, na iniciativa privada, nas universidades, nas organizações não governamentais e fundações.

– **Nos vários governos, cada ministério definia a sua política de cooperação mas não havia uma política previamente definida.**

– Sim, é verdade. Uma política de cooperação implica a definição de um ponto focal que identifique e desenvolva de forma coerente as sinergias que estão espalhadas pela administração pública e pela sociedade. A partir da matriz podemos identificar as necessidades de cada um dos países porque se trata de realidades muito diferentes e com envolvimento internacional distinto. Moçambique, por exemplo, é um país com um intensa cooperação multilateral e bilateral de outros doadores. São Tomé tem poucas cooperações, temos de saber trabalhar nesse âmbito. Temos de saber aproveitar as nossas mais-valias por relação com o contribuinte português que tem o direito de exigir eficiência em relação aos recursos públicos e por obrigação também aos países parceiros que têm o direito de esperar que os recursos disponibilizados sejam utilizados da melhor maneira.

– **Ouve-se muitas vezes o discurso de que Portugal pode ter um papel fundamental na ligação entre os PALOP e a União Europeia. Isto tem tido pouca expressão prática. Em que medida pode ser alterado?**

– Mais uma vez reporto ao período em que havia um fio condutor claro nessa matéria no final dos anos noventa e este período um bocado rocambolesco que se viveu desde então. Digo rocambolesco porque estamos a falar de um ministério que teve três ministros, na cooperação teve três secretários de Estado cada um com ideias diferentes dos outros, impedindo a continuidade nas coisas. Em que é que isso se pode consubstanciar? Voltamos à questão de saber trabalhar no âmbito bilateral, interpretando o que são as necessidades dos países beneficiários e as nossas capacidades e, por outro lado, trabalhar nos circuitos internacionais: Comissão Europeia, Banco Mundial, etc. Eu enquanto professor universitário e consultor tenho trabalhado com essas entidades e vejo que nos últimos anos deixou de se falar de Portugal. Não se sabia o que Portugal representava ou queria e isso não é bom para nós nem para os países africanos de expressão portuguesa para quem nós podemos ser um trunfo junto das instituições financeiras internacionais. Não estamos minimamente próximos do que é o nosso potencial na vida internacional.

– **Em que se vai traduzir esta diferença de actuação?**

– Quanto a isso queria pedir reserva porque estamos no início de um governo e o ministro dos Negócios Estrangeiros [Freitas do Amaral] no discurso de apresentação do programa do Governo foi muito claro quanto à importância que atribui à África. Há assuntos que virão a ser política do Governo. Não é o ministro que faz a política do Governo, muito menos o secretário de Estado. Há ideias bastante desenvolvidas sobre o que queremos fazer mas chegará o momento em que o Governo assume essa política e não falta muito tempo.

– **Um dos exemplos da falta de sensibilidade para as questões africanas é que a maioria das vezes o início da carreira dos nossos diplomatas começa nos países africanos de expressão portuguesa. Nesses mesmos países há muito tempo que França ou os Estados Unidos enviam diplomatas com muita experiência. Isso é revelador do tipo de aposta que os vários governos, PS e PSD fazem em África. Concorda com esta crítica?**

– Concordo. Temos excelentes diplomatas e muito bons nos PALOP mas temos de reflectir sobre os mecanismos para selecção de pessoas nos diversos sítios. No MNE português não temos uma tradição de especialistas de área como em algumas outras diplomacias. É uma opção mas acabo por achar que nos fragiliza. Isto não é algo que se mude de um ano para o outro nem por decreto. Outras diplomacias, por exemplo, têm sinólogos que têm toda uma carreira ligada à China ou a países próximos. Nós não temos uma lógica de carreira que encoraje a especialização e isso é algo sobre o qual devemos reflectir. Acho que o problema está aí.

– **Durão Barroso lançou a ideia da diplomacia económica. Funcionou?**

– Ficou pela ideia. Estamos todos de acordo que há um papel importante a desempenhar pelo MNE na internacionalização das empresas portu-

sas. Não é por despacho conjunto de dois ministros que se resolve a questão. Os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia têm trabalho a fazer e isso está programado.

– **A especialização da diplomacia que falou poderia ser nas questões económicas?**

– Pode ser uma vertente mas isso é apenas um elemento. Há um enredo de melhor utilização de recursos institucionais que precisa de ser apurado. Estamos a trabalhar nisso. Não depende tanto das pessoas mas de sabermos encontrar princípios em Lisboa e os instrumentos mais adequados.

– **Cita como bom exemplo de cooperação o tempo dos governos de António Guterres. Exemplifique.**

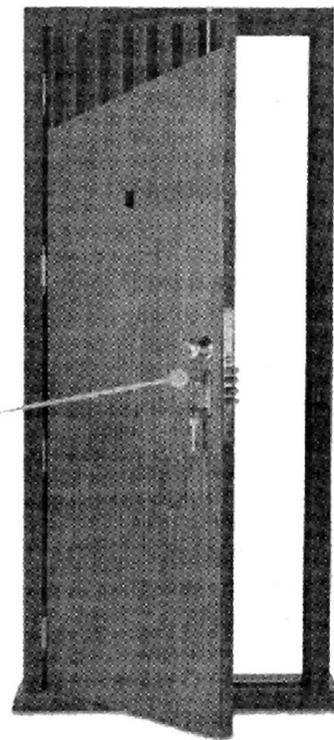
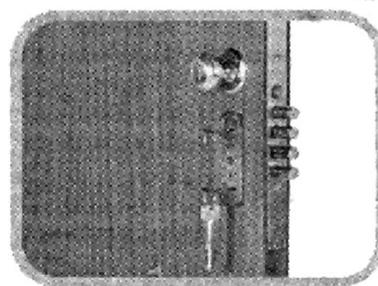
– Há toda uma nova geração de instrumentos que foi criada nessa altura de ajuda pública ao desenvolvimento relativamente à África. Desenvolveram-se mecanismos que depois não foram cuidados. Todo o objectivo de fazer programas integrados de cooperação apontavam para prioridades. O que aconteceu foi que em 2003 e 2004 esses programas voltaram à velha tradição das comissões mistas em que tudo era prioritário. Como é óbvio quando tudo é prioritário deixa de haver prioridades. A falta de profissionalismo da cooperação nos anos oitenta não passa despercebida internacionalmente. Nos anos oitenta não havia nada que se parecesse com a coordenação internacional que existe actualmente. Hoje estamos sob os holofotes da comunidade internacional na cooperação portuguesa e é muito visível quando trabalhamos mal. As empresas portuguesas que trabalham em África já não têm a mesma lógica do «toque e foge» dos anos oitenta.



A sua segurança é a nossa prioridade

A **Fábrica de Chaves do Areeiro** oferece-lhe uma vasta gama de portas e superportas de Alta Segurança, adequadas às suas necessidades

Serviço de Assistência por Técnicos especializados e responsáveis



Facilidades de pagamento

Entregas Imediatas



Desde 1956

**Cofres de Parede e Monobloco
Portas Blindadas • Fechaduras de Alta Segurança**

FÁBRICA DE CHAVES DO AREEIRO: Pç. Francisco Sá Carneiro, 10-D (Pç. do Areeiro)
1000-160 LISBOA • Telef. 21 845 30 10 • Fax 21 845 30 18
Site: www.chavesareeiro.pt • E-mail: chavareeiro@mail.telepac.pt